



PARECER DE LEGALIDADE E VALIDAÇÃO Nº 350/2024 – PROC

Processo: **01.05.025501.000340/2024-09**

Parte Interessada: **Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.**

Referência: **Validação da minuta de Edital de Licitação e seus anexos, na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de forma parcelada, de dispositivos para suspensão/corte na rede de água, com aplicador flexível (chave) e Lacre de segurança em policarbonato, para atender as necessidades da COSAMA.**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EDITAL DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. FUNDAMENTADO NO ARTIGO 32, I, II e IV, DA LEI Nº 13.303/16. ARTIGO 36, I E §3º DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COSAMA – RILC. DECRETO 10.024/2019. POSSIBILIDADE LEGAL.

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise e validação da minuta de Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de forma parcelada, de dispositivos para suspensão/corte na rede de água, com aplicador flexível (chave) e Lacre de segurança em policarbonato, para atender as necessidades da COSAMA, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição dos serviços especificados no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2024 – GECOM, às fls. 484/493, contido no presente processo.

Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos:

- 1) Memorando Nº 011/2024-GECOM/COSAMA, à fl. 01;
- 2) PCM nº 6105/2024 – GECOM, à fl. 508;
- 3) Mapa Comparativo de Preços, às fls. 479/482;
- 4) Termo de Referência nº 01/2024 – GECOM, às fls. 484/493;
- 5) Atestado financeiro, à fl. 448;
- 6) Autorização da Presidência, à fl. 513;
- 7) Minuta do Edital e seus anexos.





É o relatório.

Passo à análise.

2. ANÁLISE JURÍDICA

Primeiramente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, bem como as especificações do objeto do processo nº **01.05.025501.000340/2024-09/COSAMA**.

Isto posto, norteiam os procedimentos licitatórios os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência com base no art. 37 da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 13.303/16.

Este processo foi encaminhado pela Gerência de Contratos e Convênios, para providências, de acordo com os ajustes necessários para realização da licitação.

Ademais, restou verificada a garantia das partes entre direitos e deveres bem como totalmente resguardados os interesses da Administração em eventual descumprimento das obrigações avençadas no instrumento.

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados de acordo com a legislação pertinente, sendo regido nos termos da Lei Federal nº13.303/16, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos desta Companhia - RILC, pelo rito procedimental do Decreto nº 10.024/2019, pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente Edital.

Ademais, o Decreto nº 10.024/2019 em seu Art. 1º dispõe acerca do pregão eletrônico, vejamos:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns;

(...)

(Grifo Nosso)

É imprescindível, na fase interna e preparatória do processo licitatório, a verificação da Minuta do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos. Nesse sentido, deverão ser considerados todos os atos atinentes ao início do processo e elaboração das





minutas devidas, sendo respeitadas a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação estão presentes, desde a solicitação, autorização até a disponibilidade orçamentária; se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa e pesquisa de preços; definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento.

Analisando os autos, foi constatado o atendimento dos requisitos exigidos pela norma pertinente, onde o Termo de Referência às fls. 484/493, tem indicação do objeto de forma precisa, uma vez que há critério de aceitação do objeto e prazos, a justificativa para a aquisição dos materiais supracitados, bem como sua fonte de recurso orçamentária.

Observa-se ainda às diretrizes legais cabíveis ao caso, em especial o Art. 32, I, II e IV, §3º da Lei nº 13.303/16, *in verbis*:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

(...)

IV - Adoção preferencial da modalidade de licitação denominada *pregão*, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser **objetivamente definidos pelo edital**, por meio de especificações usuais no mercado.

(...)

§ 3º As licitações **na modalidade de pregão, na forma eletrônica**, deverão ser realizadas exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet.

(Grifo Nosso)

Nesse sentido, o artigo 3º do Decreto n 10.024/2019, considera como **bens e serviços comuns** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - Bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

(...)

(Grifo Nosso)





Logo, a escolha da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO também levou em consideração que o objeto a ser licitado, se enquadra no conceito de bens e serviços comuns.

Ressalta-se ainda que o valor estimado para a aquisição dos produtos pretendidos, está de acordo com os parâmetros de mercado, comprovado através de cotação e pesquisa de preços, conforme mapa comparativo de preços, às fls. 479/482.

Dessa maneira, a natureza do objeto, bem como os demais aspectos do presente processo licitatório, corresponde à modalidade de certame eleita pelo setor competente.

3. DISPOSIÇÕES LEGAIS QUE REGEM O CERTAME E O PREGÃO ELETRÔNICO.

O pregão eletrônico, como modalidade de licitação, trouxe inovações significativas que promoveram celeridade e agilidade ao processo licitatório, aperfeiçoando o regime de licitações ao incrementar a competitividade e ampliar as oportunidades de participação.

Nesse sentido, em seu art. 36, I, §3º, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA – RILC, dispõe:

Art. 36. As licitações de que trata este Regulamento observarão a seguinte sequência de fases:

I – Preparação;

(...)

§3º. As licitações na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, serão realizadas exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet.

(Grifo Nosso)

Observa-se que a modalidade pretendida visa aumentar a quantidade de participantes e reduzir os custos do processo licitatório, ampliando a disputa com a participação de empresas de diversos Estados, sem a necessidade de presença física dos licitantes, o que resulta em um processo mais eficiente e menos oneroso para a Administração Pública.

Nos autos, verifica-se que a Companhia optou pelo Pregão Eletrônico, conforme autorização do Diretor Presidente, à fl. 513, sendo a modalidade pretendida





adequada, pois confere celeridade, assegura ampla competitividade e isonomia, além de reduzir despesas burocráticas observadas em outros procedimentos licitatórios.

Por fim, há tempo hábil entre a presente data e a realização do certame para a convocação dos interessados. É imperativo que o presente procedimento siga rigorosamente a legalidade, aplicando a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 10.024/2019 e o RILC da COSAMA.

Este parecer é prestado sob a perspectiva estritamente jurídica, não competindo a esta Procuradoria Jurídica avaliar a conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

4. ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO E SEUS ANEXOS

Da análise da minuta do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, verifica-se que atendem à legislação vigente, mencionando no preâmbulo o número de ordem, o departamento interessado, a modalidade, o tipo de licitação e que o procedimento será regido pela Lei nº 13.303/16.

As minutas descrevem as condições para participação na sessão, a documentação exigida para habilitação, as propostas, o critério de julgamento, as vedações ao direito de licitar, os recursos administrativos cabíveis, como se dará a contratação e as penalidades. O edital e seus anexos apresentam claramente o objeto da licitação, os prazos, as condições de participação, formas de apresentação das propostas, critérios de julgamento, local e horário, sanções, formas de contato com a Comissão de Licitação, protocolo de impugnações e recursos administrativos, condições de pagamento, critério de aceitabilidade das propostas de preço, critérios de reajustes e a relação dos documentos necessários para habilitação.

O edital cumpre os requisitos dos incisos I e II do art. 32 da Lei nº 13.303/2016, incluindo o termo de referência e modelos de declarações necessárias para a habilitação, bem como, inserida a minuta do Contrato, livre de vícios que poderiam gerar nulidade do ato, não havendo transgressão à legalidade administrativa.

Art. 32. *Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:*





I - padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;

II - busca da maior vantagem competitiva para a empresa pública ou sociedade de economia mista, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental;

(...)

(Grifo Nosso)

Nesse contexto, atendendo ao requisito legal e após a análise dos demais aspectos, conclui-se que a Minuta do Edital e seus anexos estão em conformidade, sem indícios de preferências ou discriminações, bem como a justificativa apresentada é adequada tanto do ponto de vista legal quanto econômico, permitindo à Administração contratar serviços sob condições favoráveis, sem comprometer a legalidade do procedimento ou os princípios que regem a Administração Pública.

Diante dessa análise jurídica, esta Procuradoria Jurídica manifesta-se pela regularidade do Edital e do ato a ser realizado.

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Quanto a despesa necessária para custear a contratação direta em tela, é oriunda de recursos orçamentários PRÓPRIOS, tendo a GECONT se manifestado à fl. 448.

Assim, tem-se que a contratação está em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, e ainda, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

6. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, com fundamento no vasto acervo fático e normativo apresentado, notadamente pela regularidade e pela presença de todas as garantias, considerando os princípios que orientam os contratos previstos na Lei nº 13.303/2016, bem como as justificativas apresentadas no decorrer do presente processo administrativo, esta Procuradoria **OPINA** favoravelmente à aprovação e prosseguimento da minuta de





Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico e seus anexos, para aquisição de forma parcelada, de dispositivos para suspensão/corte na rede de água, com aplicador flexível (chave) e Lacre de segurança em policarbonato, conforme especificações, quantidades, condições e exigências preestabelecidas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as considerações supra e nos termos dos artigos 32, I, II, IV, §3º c/c art. 36, I, §3º, todos da Lei nº 13.303/16, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da COSAMA e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Inobstante o interesse e necessidade da contratação do objeto deste processo, é decisão discricionária, ou seja, deve ser fruto de decisão oriunda da Diretoria da COSAMA, prosseguir ou não com o certame indicado, ante a criteriosa análise desta Procuradoria Jurídica e de toda a documentação acostada aos autos.

É a conclusão, salvo melhor juízo, a consideração da Diretoria.

Manaus, 25 de novembro de 2024.

Camile Xavier de Andrade
Advogada

Aprovo os fundamentos do Parecer nº 350/2024-PROC.

Juscelino Kubitschek de Araújo
Procurador Chefe

